

Caríssimo Professor Marcelo Abelha:

A vida tem-me reservado, confesso, alegrias que tornam o significado de minha existência um estado de felicidade marcadamente crescente. Muitas delas, Caro Marcelo, foram-me propiciadas pela vida acadêmica: ao mundo jurídico, sempre dediquei atenção. Ao ordenamento jurídico, curiosidade e aguçado espírito crítico.

A academia, porém, reservou-me a propriedade de revascularizar, espontânea e eficazmente, as minhas artérias, oxigenando o exercício do raciocínio. Reservou-me mais, o orgulho de ter sido contemporâneo de vultos da majestade jurídica dos irmãos Erildo e Ademar Martins, de Délio Magalhães, Eugênio Sette, Guilherme Sá, Durval Cardoso, Romário Rangel, José Santos Neves, Jair Dessaune, queridos professores da minha graduação que incentivaram-me, e muito, ao estudo do Direito e de ter tido a ventura de conviver com alunos com o grau de interesse e dedicação como, dentre outros, o hoje empossando, Marcelo Abelha Rodrigues.

Exemplar aluno, fato comprovado pela imediata admissão em curso de pós-graduação de destacada honorabilidade, onde concluiu o Mestrado e de onde alçou-se ao Doutorado, sendo hoje, sem favor algum, um dos mais requisitados e

1

festejados palestrantes das letras processuais, das quais, aliás, se fez referência doutrinária obrigatória.

Participei, ainda como Professor, da banca do concurso que escolheu o Marcelo Abelha para ocupar a vaga de Professor Substituto da Universidade Federal do Espírito Santo, cadeira de Direito Processo Civil, fato ocorrido em 1996.

De lá para cá, para honra e orgulho meus, o vôo altaneiro do estudioso ex-aluno me fez testemunha de suas meritórias conquistas. E testemunha até mesmo presencial, eis que voltando aos bancos escolares, como aluno, tive como Professor o querido empossando e pude atestar a alta qualificação de sua docência, mercê da profundidade dos seus ensinamentos e observações.

Por isso, na festa de hoje, saudar o Jurista Marcelo Abelha Rodrigues, mais do que um ato protocolar, é motivo de imensa satisfação pessoal.

Seja bem-vindo, Professor Marcelo!

O Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, presidido pelo Eminente Desembargador Manoel Alves Rabelo, homem cândido e generoso, tem a sua composição marcada pela liberalidade dos seus Membros. Afinal, o Tribunal que é depositário da manifestação maior da

cidadania, qual seja a eleição dos representantes do povo para a gestão administrativa e fiscalizatória dos Poderes Públicos, tem tido sempre o cuidado de dar à jurisdição o cunho de efetividade e entrega da prestação jurisdicional.

E é com essa lembrança, nela embalado, que a alegria de recebê-lo, Doutor Marcelo, redobra-se: é que, como disse, o testemunho que tenho de sua vida acadêmica autoriza-me a dizer ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, que as luzes do seu saber jurídico serão farol condutor da reafirmação da jurisdição eleitoral, tendo em vista o sentido de compromisso que tem pontuado o seu magistério. Melhor me explico: mesmo exercendo a advocacia, jamais faltou a V. Exa. a coragem de ser coerente com os seus ensinamentos e tal compromisso ético, sempre renovado, trouxe-lhe enorme crédito e confiabilidade.

Os abalos sísmicos da placa jurisdicional brasileira, ainda em busca de uma resposta satisfatória para a satisfatividade reclamada pelos jurisdicionados, identificaram a escola alternativa e, mais recentemente, o ativismo judicial, como remédios de supostos e miraculosos efeitos para a prestação jurisdicional.

Na condição de Juiz, Doutor Marcelo, V. Exa., como todos nós, sentir-se-á tentado, em algumas situações, a buscar o

ideal do justo e resolver a contenda imbuído de tal propósito. Creia-me, Doutor Marcelo, nisso reside -e falo com o destemor e visão do Advogado que sempre sou e serei- a maior angústia do Juiz. Em nações como aquela plasmada pelas colônias localizadas na Norte-América, concertaram os Pais da Pátria, antecedentemente, o papel de cada um dos Poderes, reservando, consciente e deliberadamente, ao Poder Judiciário a missão de definir a competência das competências, arbitrando TODOS os conflitos. Talvez por isso a Constituição do Estado Norte-Americano esteja sedimentada até hoje na letra dos artigos de seu emolduramento. Em Países, que, como o Brasil, a *civil law* faz da Lei o norte da conduta de todos, eis que a todos submete, apodar-se de legalista a quem como Chiovenda, entendeu e estendeu à aplicação da Lei, o sublime compromisso do Juiz no exercício de sua função jurisdicional, mesmo que compreensível, diante da angústia já mencionada, sobressalta, pois julgar o juiz contra o texto expreso de lei, ou a despeito da lei, fazendo a lei para o caso concreto, ou, em outras palavras, dizer o juiz, para solução do caso concreto, e fora dos limites da hermenêutica, o que gostaria que a lei tivesse dito, mas não disse, para a solução da demanda, desafia um revolução do sistema que a cultura jurídica, principalmente do Advogado brasileiro, não está ainda preparada para absorver. De legislador positivo se incumbe, nos exatos termos autorizados pela Constituição da República, o

A

Supremo Tribunal Federal. Aos demais órgãos da jurisdição, por conseguinte, negar a vigência ou a eficácia da Lei, fora dos limites do controle de sua constitucionalidade, constitui afronta intolerável, passível de ser corrigida pelos meios e recursos disponíveis na estrutura do devido processo legal.

A chegada de V. Exa., Doutor Marcelo, enriquece a jurisdição eleitoral capixaba, como disse e finalizo, atendendo, no contexto, a sábia e prudente advertência do Excelentíssimo Governador do Estado, no sentido de que, em festa de posse, quem se despede ou recebe, não pode retardar o momento de ouvir-se aquele que é, na lógica definitiva dos fatos, a razão maior e o porquê da festa: o empossando!

Parabéns Doutor Marcelo!

CS